PRODUTORES EM STAND BY POR FALTA DE ÁGUA

O mercado dos pequenos frutos mostra alguma normalização, mas as incertezas do lado da produção são muitas. As dificuldades vividas pela escassez hídrica impedem uma boa planificação e as soluções tardam em chegar numa fileira que mantém o seu potencial de crescimento.

Ana Gomes Oliveira

No sudoeste alentejano e barlavento algarvio, regiões de excelência para a produção de pequenos frutos, vive-se a incerteza de não se saber que quantidade de água estará disponível para as plantações. Os produtores estão em *stand by*, à espera de alternativas que, dizem, tardam em chegar. Um constrangimento que já levou a reduções de área plantada e que afastam novos investimentos, pois sem certezas quanto à disponibilidade hídrica para a campanha, são poucos aqueles que arriscam.

No final de Abril, os ministros do Ambiente e da Agricultura salientaram que o sul do país está em seca extrema e severa, e mantiveram medidas para poupar água, anunciando outras como suspensão de novas estufas no sudoeste alentejano. As medidas foram anunciadas no final de uma reunião da Comissão Permanente de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos Efeitos da Seca, com os ministros Duarte Cordeiro e Maria do Céu Antunes a destacarem que 18,6% do país está já em seca severa e que 10,1% está em seca extrema. Foram então tomadas ou mantidas medidas para o Alentejo e Algarve, uma delas a de, na zona do Mira, interditar novas instalações de culturas permanentes e de «estufas e afins». Maria do Céu Antunes referiu-se aos aproveitamentos hidroagrícolas de Campilhas e Alto Sado (que inclui Campilhas, Fonte Cerne, Monte Gato e Monte da Rocha), que estão «em situação mais difícil, com um plano de contingência» que pode levar nalguns casos à interdição do uso de água para rega. E também no Mira, nomeadamente Santa Clara, e nos aproveitamentos hidroagrícolas que incluem Silves, Lagoa e Portimão, e o Alvor, a partir da Bravura. No caso de Silves, Lagoa e Portimão, prevê-se uma transferência de água das albufeiras do Funcho para Arade e a aplicação do plano de contingência. No Alvor mantêm-se as duas captações recuperadas no ano passado, disse a ministra.

Com Campilhas e Alto Sado com restrições totais para agricultura, disse a ministra que no Mira, com base num acordo entre os dois ministérios e os agricultores, decidiu-se baixar a quota de captação, associada a um «plano de contingência muito restritivo». «E não vamos permitir regar nomeadamente as áreas

que também não tiveram rega em 2022», acrescentou.
O despacho determina, entre outras acções, que seja assegurada a aprovação, pela Autoridade Nacional do Regadio (Direcção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural), do Plano de Contingência para situações de seca, a apresentar até 15 de Maio pela entidade gestora.

Empresas não podem fazer mais

A Associação dos Horticultores, Fruticultores e Floricultores dos Concelhos de Odemira e Aljezur (AHSA) é uma das associações que tem estado a acompanhar este dossiê, e dá conta do clima de incerteza que se vive na região. «As empresas não sabem que água vão ter disponível. Há dois anos tivemos uma dotação até 3.500 mil metros cúbicos por hectare, no ano passado foi de 2.000 (o que é muito pouco) e para este falou-se em 1.000 metros cúbicos. Com esta dotação ninguém consegue manter-se», refere Margarida Carvalho, directora executiva da AHSA. «Não sabemos o conteúdo do despacho, mas temos acompanhado o processo no sentido de transmitirmos aos decisores a realidade actual na região e acreditamos que algumas medidas serão benéficas, outras nem por isso. No período de escassez de água que atravessamos, defendemos a implementação de um plano de contingência que regule e que dê a mínima garantia às empresas para os próximos anos. Ainda assim, já tudo vem tarde porque já estamos em Maio. A empresas continuam sem saber que volumes terão disponíveis», ressalva.
Devido a esta grande limitação, houve muitas empresas que reduziram a área de plantação, apesar de manterem a área inscrita. «Há um efeito regulador da água e que tem sido o grande problema nos últimos dois anos. Muito difícil mesmo.»
Margarida Carvalho frisa a importância que os pequenos frutos têm para a região e para o país. «Esta é uma zona de produção de excelência no país e, apesar de termos uma grande diversidade de culturas, mais de 40 aqui cultivadas, os frutos vermelhos têm um forte impacto positivo, tanto económico como social, e que sairá muto penalizado se tivermos mais perda de investimento.»
A directora executiva da AHSA acredita que muito do que está feito no território parte das empresas, que põem em prática «o que de melhor se faz em Portugal». «Muitas empresas já não conseguem fazer muito mais. Estamos a falar de investimentos em tecnologia, inovação e equipas técnicas multidisciplinares muito capacitadas.»
A par do problema da água, esta fileira sofre também as consequências das dificuldades na gestão da mão-de-obra. Margarida Carvalho conta que existem pessoas para trabalhar, mas a nova legislação que permite que os imigrantes possam chegar a Portugal sem contrato de trabalho, levanta outras questões. «O processo de contratação continua difícil e muitas empresas vêem-se obrigadas a recorrer a empresas de trabalho temporário. Mas nem todas trabalham bem e há, de facto, esse problema acrescido para que não se caiam em irregularidades. É verdade que já muito foi fei-

to, mas ainda há problemas para resolver», finaliza.
Para a Lusomorango, há dois factores económicos que marcaram o ano de 2022. «Por um lado, a inflação, que impactou o nosso sector por causa da componente laboral associada aos pequenos frutos e que representou um aumento de custo superior a 10% que o mercado não acompanhou; por outro, o final do ano foi complicado em termos de mercado. Houve um acréscimo de volume face ao ano anterior da fruta vinda de Marrocos, o que acabou por baixar o preço médio no final do ano passado e início deste ano. Verificou-se também alguma retracção no mercado do Reino Unido. O último trimestre do ano não é o mais importante para a Lusomorango, mas ainda assim teve impacto económico», sintetiza Luís Pinheiro, presidente do conselho de administração desta organização de produtores.
Quanto ao factor água, as dificuldades sentidas são muitas, mas ajudou o facto de a Lusomorango já ter há vários anos programas de poupança de água, trabalhando com produtores com uma eficiência hídrica bastante forte. «Em 2022, os agricultores viram-se obrigados a mais investimentos para reutilizar e recircular águas, permitindo que conseguissem, no geral, cumprir com a campanha sem grandes perdas de produção.»
Luís Pinheiro reforça que um recurso como a água é «vital». «Vemos que os desafios são comuns a Portugal, Marrocos, Espanha e a vários países do Mediterrâneo, mas percebemos que essas geografias respondem de outra maneira. Marrocos tem em marcha ou em estudo dezenas de projectos de dessalinização, criando soluções alternativas à água para várias regiões, e Espanha também vai reforçar o seu investimento na dessalinização. Apesar de termos vantagens competitivas em termos climáticos e na estrutura social do país, Portugal corre o risco de ficar para trás, porque estamos a falar de um recurso que é determinante para os investimentos», defende.
O mesmo responsável alerta para a evidência dos factos. «Reconhecemos o problema através de anos consecutivos com níveis hídricos abaixo da média; estamos a ver os efeitos das alterações climáticas a decorrerem, mas também sabemos que temos o perímetro de rega muito ineficiente, com perdas a rondar os 40%. A cada ano perde-se mais e os investimentos para a sua melhoria tardam. Sabemos também que na bacia do Mediterrâneo a resiliência para o regadio vai depender muito de projectos de dessalinização. No fundo, encontrar fontes de água resilientes para um novo clima que já está aí. Isso é uma evidência e são precisas respostas diferentes. Compreendemos determinadas medidas, mas têm de estar ligadas a um plano de recuperação e resiliência do território. Têm de estar ligadas a uma saída. É preciso que as empresas, os produtores, a economia, os residentes tenham um horizonte temporal no qual as actividades vão voltar ao normal.»

Para Luís Pinheiro, é preocupante que estejamos em Maio sem que sejam ainda claras as medidas adoptadas, perante mais um ano em que o ano hídrico no sudoeste alentejano e barlavento algarvio está muito abaixo da média. «Tudo aponta para uma disponibilidade inferior face a 2022, o que vai levantar problemas. Neste momento não sabemos se vamos ter água suficiente para a campanha. Estamos à espera da publicação do despacho para saber exactamente o que constará. Temos o sector agrícola da região de Odemira em *stand by* sem poder planear por causa desta questão da disponibilidade de água», alerta.

Mercado mais normalizado e optimista

Apesar destas condicionantes, a Lusomorango regista melhorias no mercado. «No final do Verão, havia um grande pessimismo para 2023, mas isso foi ultrapassado. As perspectivas económicas para este ano são bem mais optimistas do que as que eram lançadas em 2022 e vemos o mercado mais normalizado, apesar de ainda não estar como desejado.»
A framboesa continua a ter destaque e a amora está em progressão, «a acompanhar o ritmo do mercado». Portugal é o único país da Europa que pode produzir o ano inteiro, «uma liderança que tem um papel muito importante e que pode ser uma oportunidade. A amora ainda tem uma cotação de mercado mais baixa do que os outros frutos vermelhos, mas cada vez tem mais sucesso em mais mercados e temos tudo a ganhar em acompanhar esse crescimento», defende o responsável da organização de produtores.
Neste momento, o maior desafio para abertura de novos mercado tem a ver, segundo Luís Pinheiro, com o potencial de crescimento de volume. «Alguns mercados do Leste da Europa, principalmente a Polónia, têm vindo a crescer, assim como o Médio Oriente. São oportunidades emergentes.»
Janelas de negócio que só poderão ser aproveitadas se Portugal conseguir aumentar a produção. «Enquanto fileira, temos o melhor conhecimento global em termos de genética, práticas agrícolas e tecnológicas. O melhor que se faz no mundo na produção de pequenos frutos está em Portugal, seja através de produtores nacionais ou internacionais. Portugal continuará a ter condições excepcionais para a produção e seria um erro que o país não se preparasse para acompanhar os desafios que se colocam», remata.

Dificuldades de mão-de-obra no Algarve

A Madre Fruta, organização de produtores hortofrutícolas do Algarve, produz, através dos seus associados, entre as zonas de Altura e Silves, com 95 hectares de framboesa, 33,5 ha de amora e dois hectares de morango. Com 52 associados, tem ainda estufas onde produz as frutas tropicais, como manga, papaia e pitaia.

Com 27 anos de história, a empresa começou por trabalhar com hortícolas, tendo depois um crescimento muito grande com os frutos vermelhos. Na última década, rapidamente duplicou o número de sócios e consequentemente a área de produção. «Os últimos cinco anos tem estado mais estável», diz-nos Tiago Andrade, gerente da Madre Fruta.

Nas culturas de frutos vermelhos, a framboesa é a grande aposta, prevendo-se para este ano 2.660 toneladas de framboesa, 870 toneladas de amora e 70 toneladas de morango. «São boas estimativas com base no nosso histórico. Temos estado a crescer na amora e a reduzir a framboesa, por isso a amora tem registado esse aumento. O ano passado fizemos 240 toneladas de amora.»

O ano agronómico tem duas campanhas, a de Primavera/Inverno e a de Verão/Outono, e Tiago Andrade descreve o ano passado como «muito difícil» a nível de preços, registando-se uma «redução grande do preço médio», bem como «alguns problemas de qualidade da fruta, por causa de pragas e doenças». Mas este ano, refere, «os preços estão bastante melhores, mais normalizados». A Madre Fruta começou a fazer-se notar com os pequenos frutos em 2010, altura em que os preços se mantiveram elevados até 2015. Desde então, a empresa verifica uma «grande redução no preço de venda, muito por influência de Marrocos, onde a produção aumentou bastante».

A água é um problema, mas ainda sem restrições de uso. «Não houve qualquer impacto na nossa produção, mas estamos bastante preocupados. No Leste algarvio as barragens têm níveis mais confortáveis do que no ano passado, mas não sabemos o futuro. Do lado Oeste os níveis estão muito muito baixos, mas não apanha os nossos produtores», afirma.

O mesmo responsável frisa que a produção de frutos vermelhos no Algarve não tem grande impacto num perímetro de rega que é bastante grande. «Estaremos a falar, no total, de 250 a 300 hectares de produção de frutos vermelhos aqui na região. Ou seja, não somos um grande consumidor de água. As maiores áreas a regar no Algarve são da citricultura. Porém, isto não nos tira as preocupações, até porque a escassez de recursos hídricos é um problema conjuntural e que no nosso entendimento pode ser minimizado com o aumento de reservas e transvases de bacias hidrográficas», defende.

Um grande constrangimento sim, prende-se com a mão-de-obra, não só em «angariar trabalhadores, como a dificuldade em alojá-los». «No parque do sudoeste alentejano foram criadas medidas especiais de alojamento de trabalhadores. Aqui, regemo-nos pela lei, que disponibiliza cerca de 30 m² para apoios, o que é muito pouco tendo em conta que te-

plastdiversity

SemPul

PRODUTO COM AÇÃO FÍSICA SOBRE UM LARGO ESPECTRO DE INSETOS QUE SE ALIMENTAM DE PLANTAS

Tem ação sobre:
- afídios
- ácaros
- cochonilha
- moscas branca
- psilídeo

www.plastdiversity.com

EMAIL: geral@plastdiversity.com

TEL.: 963 992 823*

Kyzone

*chamada para a rede móvel nacional.

mos de incluir escritórios, arrumações, sistemas de tecnologia... Não podermos construir alojamentos nas explorações é um grande *handicap*. Precisamos de medidas de excepção face a uma lei que se revela desajustada e que foi feita ainda à luz da agricultura antiga do Algarve», lamenta. A solução do arrendamento de prédios urbanos também não se revela uma solução viável, com Tiago Andrade a explicar que os preços são «incomportáveis».

Os problemas passam também pela falta de pessoas para trabalhar, obrigando a ajustes que trazem prejuízos, nomeadamente na diferenciação da região algarvia. «Por causa da falta de trabalhadores, muitos sócios procuram ter uma produção mais espaçada, para evitar tantos picos de mão-de-obra. Através de novas variedades conseguem uma curva de produção mais uniforme e minimizar esse requisito. Mas perdemos alguma diferenciação. No passado trabalhávamos uma determinada janela de produção e a região destacava-se por isso. Mas foi preciso dar esse passo; pelo menos não temos a fruta no chão dos pomares por falta de capacidade na colheita.»

As exportações representam cerca de 60% do negócio da Madre Fruta, com a fruta a ser produzida com recurso à inovação e novas tecnologias. «Todos os nossos produtores têm o melhor que existe em sistemas de rega. Estamos a falar de reconversões de áreas feitas não há muito tempo, talvez há 10 anos, e toda a produção de frutos vermelhos é feita em substrato. Ou seja, os produtores têm esses sistemas de rega de alta precisão e sistemas de monitorização do mais avançado que existe. Podemos assegurar que há aqui uma grande eficiência do ponto de vista hídrico. Mas não só, porque trabalham com adubação diluída o que representa também alguma diminuição de custos», evidencia.

A par da tecnologia, os produtores do Algarve têm procurado andar de mãos dadas com a investigação. Aliás, a Madre Fruta tem uma parceria com o Instituto Nacional de Investigação Agrária, no âmbito da qual estão a desenvolver uma variedade própria de amora. «Procuramos obter uma variedade de alta produtividade que vá buscar os sabores e aromas da amora selvagem que havia em Portugal.»

O objectivo será continuar a investir como até agora têm feito – «todos os anos, ao abrigo do programa operacional, fazemos investimentos na melhoria da produção na casa dos 2 milhões de euros» – seja para melhorar sistemas de rega, novas plantas, ou novos equipamentos. «Somos uma organização de produtores que tem procurado utilizar ao máximo aquilo que a União Europeia permite e é também por isso que os nossos agricultores têm estes sistemas avançados de produção», finaliza Tiago Andrade.

Entrevista a Filipa Bragança (manager Bfruit)

Como correu 2022 e que expectativas existem para este ano?

A produção agrícola está sempre dependente de diversos factores que podem influenciar significativamente o negócio, um deles incontrolável como é o caso do clima, entre outros, nomeadamente pragas e doenças, oscilação dos custos de materiais de embalamento, dos factores de produção e mão-de-obra, para além da instabilidade dos mercados, que também representa um dos inúmeros desafios diários que este sector enfrenta. No entanto, as excelentes condições únicas do clima temperado de Portugal, mais especificamente do litoral alentejano, permitem-nos produzir framboesa com qualidade excepcional, quer em sabor, textura e *shelf-life*, acima dos nossos concorrentes de mercado, designadamente Espanha e Marrocos, durante todo o ano, disponibilizando assim dois factores de grande competitividade para a produção e para as empresas portuguesas. No ano 2022 a Bfruit comercializou cerca de 1.000 toneladas de framboesa, 600 t de mirtilo e cerca de 20 t de groselha, representando um volume de facturação de 12 M€. Em 2023 está previsto, pelo aumento de produções que efectuámos na Costa Vicentina, crescer a produção de framboesa em 20%, no mirtilo em cerca de 10% e na groselha manter as quantidades de produção equivalentes ao ano anterior.

Em termos de estratégia na área dos pequenos frutos, quais são as apostas da Bfruit?

A Bfruit tenciona continuar a investir e a adoptar tecnologias inovadoras de produção, que nos permitem melhorar a eficiência de todos os recursos e a qualidade dos processos produtivos, bem como aumentar a produtividade e reduzir os custos. O foco será, e sempre em primeira linha, na qualidade dos produtos dos nossos produtores, estando já em curso uma forte aposta no desenvolvimento genético de variedades exclusivas para a Bfruit, com a qualidade que o mercado pretende, garantindo assim um maior valor acrescentado. Continua também a fazer uma forte aposta em tecnologias de precisão para controle de recursos, como é o caso da água, na preservação do ambiente e sempre alinhado com todos os requisitos de uma produção responsável e ambientalmente sustentável. Na utilização de fertilizantes orgânicos, controle de pragas. Outra das grandes apostas a desenvolver será no relacionamento próximo com os clientes, de forma a percepcionar as necessidades mais específicas de cada mercado, garantindo assim um melhor serviço por parte da Bfruit, em

Fruticultura | Viticultura | Horticultura | Viveiros e enxertia

Fortifica os tecidos da planta e melhora a qualidade dos frutos

Protege os frutos de golpes de sol

Frutos mais compactos e com maior firmeza

Aumenta o tempo de vida pós-colheita

Diminui a incidência de pragas e doenças

UTILIZÁVEL EM

MODO DE PRODUÇÃO BIOLÓGICO

COSMOCEL®

- Fortalece a parede celular, gerando tecidos mais resistentes a danos mecânicos
- Melhora a tolerância a mudanças bruscas de temperatura e humidade
- Aplicação foliar ou em fertirrega

COMPOSIÇÃO:

Óxido de cálcio (CaO)	20,7 %

NutriField
Nutrimos a Agricultura

www.nutrifield.pt

toda a cadeia desde a produção à expedição, garantindo uma maior capacidade de negociação. Também haverá uma maior e mais forte aposta na formação técnica das nossas equipas de campo e de qualidade, de forma a garantir a implementação do conhecimento da inovação e tecnologias que vão sendo adquiridas, de forma a conseguir estar no mercado as cinquenta e duas semanas do ano, sem ruturas no fornecimento da fruta, conciliando com as certificações de qualidade como GlobalGAP, Nurture, GRASP e BRC, demonstrando um compromisso com os nossos clientes no que se refere à qualidade, boas práticas de higiene, assim como as boas práticas sociais e ambientais, como a utilização de energias renováveis e a gestão adequada dos resíduos.

Em que ponto está a instalação de mais 200 hectares no âmbito da parceria com a chilena Hortifruit?

Este investimento encontra-se a decorrer e iniciou-se em 2022 em parceria com o nosso mais recente parceiro estratégico, actual accionista da Bfruit, a Hortifrut – líder mundial da produção e comercialização de mirtilo e número dois mundial em framboesa, amora e groselha. O objectivo é concluir este investimento em cerca de 3/4 anos e estão já concluídos 46 ha dos 200 previstos no total de área para a Bfruit. Este investimento é ambicioso, representando um valor de investimento de cerca 30M€, no entanto, deparam-se com imensas dificuldades para a sua implementação, que se deve a política e aos problemas sócio-económicos do nosso país, mais especificamente do nosso Ministério da Agricultura, que carece de definir urgentemente linhas estratégicas para o sector agrícola, defendê-lo e desenvolver uma forma de alinhamento com o Ministério do Ambiente! Para além do investimento dos 200 ha de produção, a Bfruit, em parceria com a Hortifrut, investiu num campo de ensaios, sobretudo para desenvolvimento genético de variedades exclusivas de mirtilo e framboesa e testes de adaptabilidade de variedades.

O que é urgente resolver para que consigam ser mais competitivos?

O sector dos pequenos frutos, e mais especificamente na Costa Vicentina, região estratégica e de excelência para a produção essencialmente de framboesa, depara-se actualmente com diversos constrangimentos, que se relacionam com dois principais factores: a perseguição e os problemas impostos pelo Parque Natural (ICNF) nos licenciamentos das infraestruturas necessárias para a implementação deste tipo de investimento, relacionados com a plantação da framboesa; e o outro, ainda mais grave, que é o mais recente problema decorrente do acesso à água, que não se deve claramente e apenas às "alterações climatéricas", mas sim à deficiente gestão da nossa associação de regantes, a ABMira, à falta de investimento das últimas décadas na reabilitação das infraestruturas de regadio, que foram construídas nos anos 60 e que se encontram completamente obsoletas, apresentando perdas ao longo de toda a infraestrutura de condução da água, que podem ascender aos 50%. Temos ainda a questão da "mão-de obra" estrangeira, essencial ao desenvolvimento e sucesso desta actividade, mas que exige um esforço financeiro aos empresários, que para a garantirem, têm de investir em infraestruturas caras para o seu devido alojamento, de elevado risco pela falta de margem no negócio, estando sujeitos a ter que as destruir nos próximos 10 anos e passando por um processo burocrático inaceitável!

Que consequências trazem os problemas que referiu?

Todos estes constrangimentos estão a colocar em causa todo o investimento estrangeiro cativado, que se encontra em curso na região, estando já em perigo a respectiva continuidade em Portugal, com a intenção de o transferir para os nossos principais países concorrentes, como Espanha e Marrocos, que, apesar de não terem as mesmas condições climatéricas para garantirem a qualidade e o período de produção necessário para o mercado da Europa, beneficiam de apoios directos dos seus governos, quer para garantir o acesso à agua, quer para desburocratizar todo o processo de licenças necessárias, com ajudas e uma estratégica específica e direccionada para o sector, de forma a garantir a sua sustentabilidade e crescimento, como forma de criação de riqueza e desenvolvimento económico. No entanto, é importante referir que, no que concerne à responsabilidade das empresas agrícolas, estamos já vocacionados para agricultura sustentável de alta precisão, com reaproveitamento de água, utilização de sistemas de irrigação de alta eficiência através da monitorização por sensores e GPS, que nos permitem gerir e poupar recursos. Existem também soluções para a resolução do "acesso à água", como é o caso de reabilitarem as infraestruturas de regadio com máxima urgência, da instalação de dessanilizadoras, do licenciamento de reservatórios e charcas ou outras infraestruturas para armazenamento das águas de Inverno e uso no Verão, assim como pela "criação de estradas de água" de zonas mais beneficiadas, como é o caso da bacia do Tejo ou do Norte, conduzindo-a desta forma até à Costa Vicentina.

Têm conseguido entrar em novos mercados?

A conjuntura dos últimos anos, quer devido ao Covid, quer devido à guerra na Ucrânia e ao aumento da inflação, tem tido um impacto negativo no mercado dos pequenos frutos. O consumo tem sofrido uma retração nos mercados europeus de cerca de 20%, podendo não estar a acompanhar o crescimento da produção e impondo uma enorme pressão na venda, onde o preço é o critério de decisão dominante. Acreditamos que a base do sucesso e diferenciação nos mercados está na aposta da qualidade e em oferecer um produto de excelência diferenciador. A Bfruit já esta presente nos principais mercados europeus, onde mantemos uma forte presença, como na Escandinávia, Alemanha, França, Itália, Países Baixos e Espanha. Estamos também presentes no Reino Unido, onde temos crescido cerca de 10% ao ano. No entanto, há ainda mercados por explorar, como o Médio Oriente, nomeadamente Israel, que abriu recentemente as importações a pequenos frutos provenientes de Portugal.